

Até aonde vai o poder do jornalista?

Jackeline Garuzzi¹



Toda essa discussão em torno da proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, cuja missão é "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão, me fez lembrar de minha pesquisa para conclusão da faculdade de jornalismo.

Quando decidi pesquisar sobre erros jornalísticos, analisando-os do ponto de vista ético e de responsabilidade social, começaram minhas dificuldades. Acreditem: Foram muitas. Tive que mudar a metodologia da pesquisa, pois os jornalistas não gostam de falar de ética e não se dispuseram a dar entrevistas. Jornais e jornalistas não admitem que erram.

Na pesquisa 'Como a mídia condena?', obtive uma maior compreensão a respeito do fazer e da construção do texto jornalístico e comecei a entender os fatores que levam a publicações enganosas, mal

¹ A autora é recém-graduada em jornalismo com a monografia intitulada "Como a mídia condena?" defendida na Faculdade de Educação e Comunicação Social – FAESA em maio de 2004.

apuradas e condenatórias, já que estas causam danos morais, pessoais e materiais irreparáveis às pessoas envolvidas.

Erros como os da Escola de Base, em que o jornal Folha de São Paulo, em março de 1994, noticiou de forma irresponsável que crianças teriam sido vítimas de estupro e atentado violento ao pudor praticados pelos donos, professores e pessoas ligadas à escola. O caso foi esclarecido, o inquérito foi arquivado e o jornal teve que pagar indenização. Entretanto, indenização nenhuma pagará o preço das imagens exibidas dos proprietários da Escola sendo levados à prisão.

O jornal deve ser o condutor da verdade, tomando os necessários cuidados com suas fontes. Mas, até hoje são freqüentes os erros na imprensa, apesar de erros como o do caso da Escola de Base ter sido fartamente comentado pela mídia nacional. Neste caso as pessoas acusadas tiveram condições intelectuais e financeiras para exigirem seus direitos. Mas, o que dizer dos erros que envolvem pessoas comuns, simples, com baixo poder aquisitivo e que na maioria das vezes desconhecem seus próprios direitos?

O que falar sobre esses pequenos casos como, por exemplo, é o objeto de estudo dessa pesquisa, onde o cidadão comum, muitas vezes, nem tem ciência de seus próprios direitos. O que leva os jornalistas a escreverem matérias condenatórias? Para entender um pouco sobre este complicado jogo de interesses, analisei nove matérias publicadas no jornal A Gazeta (Vitória-ES), no período de 06 de novembro de 2003 a 04 de fevereiro de 2004, denominando-as de 'Caso dos Morangos'. As análises foram feitas com base nos conceitos dos jornalistas Eugênio Bucci, Ricardo Noblat, Luiz Nassif e Mário Rosa no que concerne à técnica jornalística, dando ênfase à apuração e redação das matérias. Algumas questões como especulação, sensacionalismo, manipulação, ética, responsabilidade social e omissão foram também levantadas e analisadas.

Os principais erros cometidos pelo jornal A Gazeta, foram má apuração, sensacionalismo e omissão. O referido jornal aproveitou uma questão polêmica que é o uso de defensivos agrícolas na lavoura de morango para escrever boatos como se fossem notícias, esquecendo-se daquela regrinha básica que todo estudante de jornalismo aprende nos bancos das faculdades: que antes de publicar qualquer notícia é necessário ouvir todos os envolvidos. Em diversas matérias publicaram que os defensivos agrícolas causam câncer e mutações genéticas. O que de fato não existe comprovação científica. Diante de tantos erros ocorridos no Caso dos Morangos, talvez, o pior seja que o jornal A Gazeta se omitiu durante sessenta e um dias, escondendo o resultado da análise do Instituto Adolfo Lutz que informava que os morangos não estavam, nem nunca estiveram contaminados.

Assim, é importante destacar que o principal enfoque dessa pesquisa são as *condenações* cometidas pela imprensa visto através da construção do texto jornalístico, e não o estudo do Caso dos Morangos, em si, mas sim a cobertura jornalística deste caso feita pelo mais importante veículo de comunicação impressa do Espírito Santo.

A liberdade dos meios de comunicação pode tornar-se muito perigosa, se divulgarmos rumores como fatos, ou se a falta de acurácia das informações põem em perigo os direitos e a privacidade pessoais. Assim, não se deve permitir que o empenho em ser mais rápido que a concorrência, ponha em perigo os seres humanos. No Caso dos Morangos através de uma série de atropelos na apuração dos fatos e principalmente na construção truncada do texto, criou não tão somente verdades contraditórias mas até mesmo lendas e mitos que perduram além do dia seguinte.

Essa pesquisa me levou a compreender a real necessidade de exercer a profissão de jornalista com critério e ética. Essa exigência é indispensável, quando desempenhamos uma função tão importante

como a de jornalista, que atinge diretamente a vida de muitas pessoas. Onde uma matéria que aparentemente não tem nada de ofensiva, pode de repente mudar o rumo de muitas vidas.

A todo instante ouvimos que estamos na era da informação e do conhecimento. Então, do que adianta tanta informação se não podemos confiar no que lemos? É necessário descobrirmos uma maneira de evitar esses erros grotescos e a falta de acurácia no meio jornalístico, pois nessa competição entre reputações, o elo mais fraco é o acusado, cuja credibilidade já foi pulverizada.

Nessa pesquisa constatei que a mídia condena quando publica matérias mal apuradas, informações com enfoques sensacionalistas, quando prefere a omissão da notícia ao invés de admitir que errou e principalmente quando falta com a responsabilidade social e ética jornalística, conforme verificado no Caso dos Morangos.

Afinal, o estilo de jornalismo apressado e mal apurado, dando ênfases incorretas e insinuações, tirando conclusões apressadas, acaba conferindo ao jornalismo capixaba a falta de credibilidade que é o aspecto mais importante para os profissionais de comunicação.

Nessa pesquisa não houve uma averiguação aprofundada dos danos causados por essas matérias e como o Caso dos Morangos repercutiu individualmente, tendo em vista que só seria possível entrevistando todos os envolvidos, o que demandaria muito mais tempo do que o disponível para essa pesquisa. No entanto, estou certa de que para o jornal A Gazeta, pouco ou nada mudou com o Caso dos Morangos. Infelizmente, não posso dizer o mesmo dos produtores rurais, que tiveram danos incalculáveis, tendo em vista que para muitos o morango é a única fonte de renda familiar. Os distribuidores e comerciantes da fruta também tiveram prejuízos imensos, sem contar com a imagem do Estado do Espírito Santo, que mais uma vez foi vinculado a fatos negativos e comprovadamente mentirosos.

O Caso dos Morangos serve para exemplificar que de fato a mídia condena sem respaldo. No jornalismo, a única regra que deveria ser geral e inquestionável é que a imprensa deve estar a serviço do cidadão e não contra ele. E, portanto, ele deve ser sempre o principal motivo das discussões a respeito da ética jornalística e também o seu beneficiado maior com um jornalismo sério, ético e de qualidade.

Os profissionais de jornalismo definitivamente não gostam de falar sobre ética e muito menos da proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, pois sempre que esses temas surgem eles escorregam na tão propalada democracia ou na liberdade de imprensa para continuarem escrevendo rumores como se fossem notícias.